

PAÍS
POSSÍVEL

A política de prevenção e combate dos incêndios florestais



POR

Maria de Lurdes Rodrigues

Professora universitária

Sigo, como todos os portugueses, com angústia e preocupação, as notícias sobre os fogos florestais, o drama das pessoas que perdem tudo, que veem as suas vidas ser consumidas pelo fogo, e dos homens e mulheres que, exaustos, combatem as chamas. Sigo também a atropelagem dos governantes perante a catástrofe e o desastre e imagino que se sintam muitas vezes impotentes perante tantas desgraças, procurando manter-se à altura da situação. A este propósito, no debate público, recordaram-se os dramáticos incêndios de 2017, comparando-se as reações dos governantes tidas então e agora: quem esteve presente ou ausente “no teatro das operações”, o que fez, o que disse, o que ouviu.

Na crise presente, o primeiro-ministro anunciou a constituição de uma equipa especializada com o objetivo de “aprofundar, com todos os meios, a investigação criminal à volta dos incên-

dios florestais”. Uma equipa a criar “em diálogo” com a Procuradoria-Geral da República e com as forças de investigação criminal.

No final da primeira reunião desta equipa, o primeiro-ministro anunciou que o Governo disporia de 500 milhões de euros dos fundos de coesão da União Europeia para ajudar a cobrir os danos provocados pelos incêndios. Anunciou, também, que tal verba seria diretamente gerida pelo Governo “sem nenhuma obrigação de pré-requisito ou pré-autorização”, para haver uma “simplificação dos procedimentos” e para se “eliminar totalmente a burocracia”. O foco político já tinha mudado, das causas para as consequências dos incêndios.

Em 2017, na sequência do desastre que então assolou o país, também o Governo de então nomeou uma comissão técnica independente constituída por peritos e dirigida pelo professor João Guerreiro. Em março de

2018, esta comissão apresentou um relatório onde se considerava o “incendiarismo” como um dos principais problemas, incluindo nessa categoria não só os fogos postos, mas também os atos de negligência, responsável por cerca de 33 a 36% dos incêndios. Porém, muito para lá desta questão, o relatório identificava pormenorizadamente as necessidades de investimento na vigilância e na prevenção, na profissionalização da estrutura de decisão sobre questões ligadas à floresta, na concretização dos planos de contingência, no papel das autarquias na gestão do território.

Os incêndios florestais são problemas complexos, recorrentes e de difícil resolução. Exigem investimentos e medidas de prevenção que demoram décadas a ter resultados. Mas as políticas de longo prazo não compõem, em votos, para quem as lança. Por isso a ação política é tantas vezes imediatista e inconsequente.